



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO ALEGRE - TO
CASA DO POVO, ABRIGO DA LEGALIDADE
CNPJ: 33.266.313/0001-45

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO ALEGRE TOCANTINS

ATA DA DECIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO LEGISLATIVO – NOVO ALEGRE – TO

Aos 04 dias do mês de maio de 2026, às 19h00, no Plenário da Câmara Municipal de Novo Alegre, realizou-se a 16ª Sessão Ordinária da 1ª Legislatura, sob a presidência da vereadora Rozimar Fernandes de Souza, com a presença do vice-presidente Josemar Alves dos Santos e do secretário Abraão Cesário Passos. Estiveram presentes os vereadores Sebastião Braz da Cruz, Leonel Ferreira de Oliveira, William Marques Gonçalves Arruda, Carlos Alves de Oliveira, Euclides Farias dos Santos e Rodrigo Ribeiro de Souza. Havendo quórum regimental, a presidente declarou aberta a sessão. Em seguida, foi realizada a oração do Pai Nosso, conduzida pelo vereador William Marques Gonçalves Arruda. Procedeu-se à leitura da ata da sessão anterior e a leitura da ata da sessão extraordinária sendo estas aprovada por unanimidade. Na sequência, a presidente informou o recebimento de projeto de lei referente à política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, destacando que representantes do Conselho Tutelar fariam uso da palavra para tratar da reformulação da proposta. Na tribuna, a conselheira Eva Magalhães manifestou insatisfação com a rejeição de demandas apresentadas pelo Conselho Tutelar, especialmente quanto à valorização da categoria. Ressaltou a importância do trabalho desenvolvido na proteção de crianças e adolescentes, as dificuldades enfrentadas, a carga horária superior à prevista em lei e a ausência de reconhecimento financeiro adequado, incluindo defasagem nas diárias e negativa de reajuste salarial. Destacou ainda a falta de diálogo por parte da gestão municipal durante o processo de análise do projeto. A presidente Rozimar Fernandes de Souza esclareceu o trâmite do projeto de lei, destacando que a matéria será analisada pelas comissões antes de ir a plenário. Reforçou o direito de manifestação dos cidadãos e criticou a desvalorização dos servidores, relatando inclusive episódio considerado desrespeitoso por parte do setor jurídico do município. Defendeu a valorização do Conselho Tutelar e dos servidores públicos em geral, além da necessidade de realização de concurso público. Durante o uso da palavra, vereadores manifestaram apoio às reivindicações apresentadas. Foram apontadas críticas à gestão municipal quanto à distribuição de diárias, falta de valorização de servidores e ausência de estrutura adequada para o Conselho Tutelar. Também foi destacada a necessidade de diálogo com o Poder Executivo e análise criteriosa do projeto de lei. Os parlamentares reafirmaram o compromisso de avaliar a matéria nas comissões, buscar entendimento com a gestão municipal e adotar medidas que garantam melhores condições de trabalho e valorização dos profissionais envolvidos. Ao final, a presidente reiterou a importância da transparência no processo legislativo, reforçou o compromisso da

Câmara com a população e colocou a Casa à disposição para acompanhamento do projeto. Não havendo mais nada a tratar, a presidente declarou encerrada a sessão. Para constar, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelos vereadores presentes.